



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

ISSN: 2237-6453

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do

Rio Grande do Sul

Brasil

## Contribuições dos Serviços de Extensão Rural em Assentamentos da Reforma Agrária no RS: uma Leitura a partir da Agroindustrialização como Estratégia de Acesso aos Mercados

**Deon, Paulo Roberto Cecconi; Neumann, Pedro Selvino**

Contribuições dos Serviços de Extensão Rural em Assentamentos da Reforma Agrária no RS: uma Leitura a partir da Agroindustrialização como Estratégia de Acesso aos Mercados

Desenvolvimento em Questão, vol. 15, núm. 39, 2017

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

**Disponível em:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75250552011>

**DOI:** <https://doi.org/> <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.262-300>

## Contribuições dos Serviços de Extensão Rural em Assentamentos da Reforma Agrária no RS: uma Leitura a partir da Agroindustrialização como Estratégia de Acesso aos Mercados

Contributions of Extension Services in Rural Settlements of Agrarian Reform in the State Of RS: A Reading From the Agro-Industrialization as a Strategy for Access to Markets

*Paulo Roberto Cecconi Deon*

*Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professor do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul – RS, Brasil*  
prcdeon@gmail.com

DOI: [https://doi.org/http://](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.262-300)

[dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.262-300](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.262-300)

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75250552011>

*Pedro Selvino Neumann*

*Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Departamento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil*  
neumannsp@yahoo.com.br

Recepção: 15 Março 2015

Aprovação: 27 Abril 2016

### RESUMO:

Este artigo aborda as interações entre os serviços de extensão rural e agricultores em assentamentos da reforma agrária no intuito de encontrar alternativas para a reprodução das famílias. Para tanto, busca-se analisar as contribuições e limitações da ação extensionista em processos desencadeados por projetos de agroindustrialização (no caso, moinhos coloniais) em assentamentos rurais no RS. O problema se configura pela demanda de conhecimentos específicos (e por isso inovadores) dos agricultores e dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e pela frustração de expectativas, desconfiança e falta de adesão por parte dos beneficiários em potencial. A partir de metodologia qualitativa (estudo de caso, fontes primárias) foi possível constatar inovações relacionadas ao produto, aos processos, organizacionais, além de inovações no sistema de assessoramento rural. Após repetidas intervenções, contudo, os moinhos coloniais ainda permaneciam com pouca autonomia. Os resultados sugerem limites não só da atividade como estratégia de acesso aos mercados, mas dos próprios serviços de extensão que pouco avançam no sentido de se desvincular da alcunha “assistencialista”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão rural, Assentamentos rurais, Moinhos coloniais.

### ABSTRACT:

This article focuses on the interactions between extension services and rural farmers in settlements of agrarian reform in order to find alternatives for the reproduction of families. For both groups, it tries to analyze the contributions and limitations of the extensionist action in processes triggered by projects of agro-industrialization (colonial mills) in rural settlements in RS. The problem is set up by the demand of specific knowledge (and therefore innovative) by farmers and services of Ater, and the frustration of expectations, mistrust and lack of adherence on the part of potential beneficiaries. From qualitative methodology (case study, primary sources), it was possible to illustrate innovations related to the product, the processes, organizational innovations, in addition to innovations in the system of rural advice. However, after repeated interventions, the colonial mills still remained with little autonomy. The results suggest limits not only to the colonial mills activity as a strategy for market access, but also of the extension services themselves, that showed little progress on disconnecting from the label of “paternalistic”.

**KEYWORDS:** Rural extension, Rural settlements, Colonial mills.

É recorrente na literatura internacional que trata sobre os serviços de extensão rural, a discussão quanto à reorientação desses serviços no que diz respeito ao emprego de estratégias voltadas a proporcionar a reprodução das famílias rurais. De modo geral, as reflexões partem do pressuposto de que a condição de pobreza no meio rural é, em parte, consequência da frágil relação que se estabelece entre o mercado e os agricultores, principalmente aqueles em condições de pobreza. Desse contexto emerge a orientação para que os serviços de assessoramento atuem no sentido de promover maior inserção desse público nos mercados (NEUCHATEL GROUP, 2008).

A relação entre agricultores e os mercados pode ser abordada sob formas distintas. Uma alternativa passa pela interpretação do mercado como uma construção social, envolvendo pressupostos que vão além da simples troca de mercadorias. Relações sociais são construídas em razão da proximidade entre produtor e consumidor, alterando assim a perspectiva de mercado como algo ditado pelas relações de compra e venda, para outra em que compradores e vendedores compõem dinâmicas econômicas atreladas a aspectos sociais, a exemplo da identidade territorial de um produto que é construída a partir do enraizamento histórico, cultural e geográfico desse produto com a sociedade em determinado território (GOODMAN, 2004; SONNINO; MARSDEN, 2006; GRANOVETTER, 2007).

Os mercados dinâmicos representam outra alternativa em potencial, mas sua acessibilidade tem apontado para fatores limitantes, sugerindo que sejam incluídos nas pautas dos projetos de desenvolvimento rural aspectos quanto à natureza e capacidade de inovação tanto dos projetos em si quanto dos próprios serviços de assessoramento rural. É nesse sentido que organizações internacionais como as que compõem o Grupo Neuchatel,[1] assim como autores em específico como Niels Röling, entre outros, têm contribuído com publicações (de cunho empírico e teórico) que abordam as limitações dos serviços de assessoramento rural na busca de alternativas para o desenvolvimento agrícola no mundo (CHORLAVI, 2007; BERDEGUÉ et al., 2008; NEUCHATEL GROUP, 2008). Este arcabouço constitui a referência analítica para as reflexões propostas neste trabalho, cujo tema central é justamente o papel dos serviços de extensão diante de contextos desafiadores.

Paralelamente ao debate quanto à orientação aos mercados como alternativa à pobreza rural, constata-se, nos últimos anos, a aposta na estratégia de agroindustrialização de produtos de origem animal e/ou vegetal como uma alternativa para a reprodução das famílias em assentamentos rurais. A apropriação de iniciativas dessa natureza parte não somente do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como também o poder público passou a institucionalizar ações nesse sentido, a partir da criação de programas para fomento dos projetos de agroindustrialização, a exemplo do Programa Terra Sol.

Entre as atividades agroindustriais praticadas nos assentamentos, chamam a atenção as experiências com moinhos coloniais por envolver aspectos como: a) a amplitude de sua proposta, pois visa não só ao abastecimento interno (famílias assentadas), como também à agregação de valor e à geração de renda a partir da inserção dos produtos agroindustrializados em mercados locais e/ou regionais; b) a trajetória que deu origem à constituição dos moinhos, o que confere especificidades aos produtores e aos agentes institucionais (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, poder público municipal) com atribuições específicas na condução do processo e c) os significativos investimentos realizados pelo poder público para o fomento dos projetos – até 2011, no âmbito do Programa Terra Sol eram previstos recursos da ordem de R\$ 2.283.466,14 para serem aplicados nos projetos de moinhos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul.

Duval e Bergamasco (2011) ressaltam esse potencial das agroindústrias em assentamentos, nos quais sugerem resultados positivos para a estratégia de agroindustrialização, que podem ocorrer pelo aumento do valor agregado da produção dos assentamentos, como também pelo fomento à valorização, por parte dos consumidores, de produtos locais e da reforma agrária. Por outro lado, a agroindustrialização constitui-se como uma atividade que traz consigo um conjunto de especificidades para sua viabilização, que passam por demandas em termos de infraestrutura, capacitações, formas de organização, etc. (SPERRY, 2003).

Esses são alguns dos aspectos que configuram a problemática abordada neste estudo. Diante de tal riqueza empírica, em virtude da dinâmica decorrente da agroindustrialização como estratégia orientada ao mercado, o artigo questiona os moinhos coloniais, mais especificamente os processos desencadeados por esta atividade aos serviços de extensão rural para os assentamentos rurais, conhecidas como serviços de Ates. As reflexões são conduzidas sob o questionamento de que: Tendo em vista que os projetos de moinhos constituem novidades no contexto dos assentamentos rurais, demandando conhecimentos e ações específicas, inclusive para viabilizá-los como alternativa de acesso ao mercado, como os serviços de Ates se organizam para dar conta desse novo contexto?

A partir dessa problemática constitui-se o objetivo geral desse artigo, qual seja, analisar as contribuições e limitações da ação extensionista em processos desencadeados pela implementação de moinhos coloniais na condição de projetos de agroindustrialização em assentamentos rurais no RS.

## METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Trata-se de pesquisa exploratória com ênfase em abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos a partir de fontes primárias (entrevistas, documentos e observação) e secundárias (pesquisa bibliográfica), em conformidade com a proposta metodológica de Lüdke e André (1986), os quais sugerem que o estudo de caso ocorra pela aproximação gradual ao objeto de estudo. Na medida da ocorrência de melhor delimitação deste objeto, foram utilizados instrumentos (roteiros) para proporcionar orientação nas coletas de dados e o aprofundamento dos casos selecionados.

As entrevistas[2] ocorreram em duas etapas e foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2011 e julho e agosto de 2012, em momentos distintos como estratégia metodológica para se tentar captar a evolução das ações, pois as experiências com moinhos em assentamentos eram projetos em fase de instalação quando da realização desta pesquisa. O número de entrevistados e os critérios para sua seleção ocorreram conforme segue:

1. A primeira etapa serviu como uma aproximação ao objeto pesquisado fornecendo informações para subsidiar uma análise do contexto geral da relação existente entre os moinhos e os assentamentos. Para isso utilizou-se de roteiro simplificado nas três entrevistas informais realizadas com informantes-chave relacionados aos serviços de extensão rural (Somar – Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica) e representantes do Incra, órgão governamental responsável por estabelecer a política de assentamentos rurais. Estes informantes foram selecionados a partir da proximidade que têm e/ou tiveram com o processo de concepção e efetivação da iniciativa de agroindustrialização com foco em moinhos coloniais em assentamentos rurais. Essa etapa foi fundamental para a seleção das iniciativas focadas na etapa posterior.
2. A segunda etapa teve o propósito de levantar informações para subsidiar a compreensão sobre os atores e as relações existentes nas experiências propriamente ditas. Foram conduzidas sete entrevistas nesta etapa, cujos participantes foram selecionados a partir das indicações ocorridas na etapa anterior, quando foi possível identificar entre agricultores assentados da reforma agrária e os profissionais de Ates de organizações como Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.

(Coptec) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), aqueles que participaram e/ou participam efetivamente no processo de introdução da iniciativa de agroindustrialização com foco em moinhos coloniais nos assentamentos selecionados. Ou seja, foi critério central para a seleção destes entrevistados, justamente aqueles apontados como referências em cada uma das iniciativas.

Na sequência de procedimentos empregados para manter coerência metodológica ao estudo, procurou-se orientar as atividades de organização, análise e interpretação, segundo princípios sugeridos por Yin (2010, p. 141-150): "Princípio 1: uso de múltiplas fontes de evidência; Princípio 2: criar uma base de dados". Especificamente ao Princípio 1, Gil (2009) acrescenta que a obtenção de dados mediante procedimentos diversos é essencial para garantir a qualidade dos resultados obtidos, procedimento esse conhecido como "triangulação". Na medida do possível, esse princípio foi atendido a partir do cruzamento de dados entre os instrumentos de coleta (entrevista, documentos e observação direta), mas também pelo cruzamento entre as categorias de entrevistados (agricultores e profissionais de Ates).

As interpretações dos resultados obtidos a partir das evidências empíricas ocorreram à luz da revisão teórica, com ênfase nos trabalhos que abordam o papel dos serviços de assessoramento na busca por alternativas para as condições de pobreza no meio rural.

#### AS INICIATIVAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COM BASE EM MOINHOS COLONIAIS SELECIONADAS E O CONTEXTO EM QUE ESTÃO LOCALIZADAS

Quanto às iniciativas, foram selecionadas: uma no município de Aceguá (PA – Projeto de Assentamento – Jaguarão), uma em Capão do Cipó (PA Santa Rita) e uma em Canguçu (PA Pitangueiras), todas no Rio Grande do Sul. Esta seleção levou em conta critérios específicos, os quais poderiam constituir-se como possíveis determinantes do êxito ou fracasso das experiências. São eles: a) a mobilização de grupos e pessoas para o avanço das iniciativas; b) a configuração organizacional relacionada à gestão da iniciativa; c) a articulação dos grupos em rede; d) os aspectos logísticos e mercadológicos; e) o(s) sistema(s) de produção característico(s) do assentamento. Tais aspectos foram elencados a partir das entrevistas conduzidas na primeira etapa, da bibliografia sobre o tema, assim como fruto da própria observação.

Tratando-se os moinhos coloniais de empreendimentos cujos produtos apresentam potencial para inserção mercadológica, e muito embora as iniciativas estudadas ocorram em assentamentos localizados em municípios pequenos (Capão do Cipó com 3.104 habitantes, Canguçu com 53.259, e Aceguá com 4.394), cabe situá-los quanto à proximidade com centros urbanos de maior porte, como é o caso de Capão do Cipó, que faz parte da microrregião de Santiago, município com população de 49.071 habitantes; de Aceguá, que faz parte da microrregião de Bagé, município com população de 116.794 habitantes, e o de Canguçu, que está próximo de Pelotas, município com população de 328.275 habitantes, ampliando assim as possibilidades de mercado para esses produtos (INSTITUTO..., 2007, 2010). A Figura 1 ilustra a localização das iniciativas selecionadas.





Figura 1 – Municípios de localização dos assentamentos em que ocorrem as iniciativas de agroindustrialização com base em moinhos coloniais selecionadas para o estudo

Fonte: Imagem ilustrativa obtida junto a Wikipédia – adaptada pelos autores.

Para que se possa proceder a qualquer tipo de reflexão sobre experiências como essas com moinhos coloniais é preciso explicitar que sua dinâmica ocorre atrelada a um contexto (social, político e econômico) de maior amplitude, que são os assentamentos.

O PA Jaguarão é um assentamento federal criado em 1997 com capacidade para 116 famílias, e na ocasião contava com 113 famílias assentadas; a área média dos lotes é de 24,92 hectares (INSTITUTO..., 2011a). Localizado a 55 km do município de Aceguá, sua produção agrícola tem por base o cultivo de grãos como milho e feijão, além de mandioca, hortaliças e forrageiras. A produção animal compreende a criação de gado de leite no sistema de produção em campo nativo com suplementação de pastagens cultivadas e milho. Há ainda a criação de pequenos animais para consumo das próprias famílias. A produção de leite é entregue para a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (Cooperal – organização criada pelos produtores assentados; a coleta de leite é a atividade principal, o moinho fazia parte de sua responsabilidade) ou para a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda. (Camal) e constitui-se como uma das principais fontes de renda para boa parte dos assentados.

O PA Pitangueiras é um assentamento federal criado em 2001 com capacidade para 23 famílias, e na ocasião contava com 23 famílias assentadas; a área média dos lotes é de 23,43 hectares (INSTITUTO..., 2011b). Localizado a 75 km do município de Canguçu, sua produção agrícola tem por base o cultivo de grãos como milho e feijão, além de mandioca, hortaliças e forrageiras. A produção animal compreende a criação de gado de leite no sistema de produção em campo nativo com suplementação de pastagens cultivadas e milho. Há ainda a criação de pequenos animais para o consumo das próprias famílias. A produção de leite é entregue a Cooperativa Terra Nova (organização criada pelos produtores assentados; a coleta de leite é a atividade principal, o moinho e um entreposto de mel também fazem parte de sua responsabilidade) e constitui-se como uma das principais fontes de renda para boa parte dos assentados.

O PA Santa Rita é um assentamento federal criado em 1987 com capacidade para 43 famílias, e na ocasião contava com 42 famílias assentadas; a área média dos lotes é de 23,26 hectares (INSTITUTO..., 2011a). O assentamento localiza-se a 2 km do município de Capão do Cipó. A produção agrícola tem por base o cultivo de grãos como milho, feijão, trigo, soja, além de mandioca, hortaliças e forrageiras. A produção animal compreende a criação de gado de leite no sistema de produção em campo nativo com suplementação de pastagens cultivadas e cana-de-açúcar. Há ainda a criação de pequenos animais para consumo das próprias famílias. A produção de leite é entregue para a Cooperativa Regional de Capão do Cipó (Coopercipó – organização criada pelos produtores assentados) e constitui-se como uma das principais fontes de renda para boa parte dos assentados, seguida da renda com a venda de grãos.

Essa sucinta noção do contexto dos assentamentos em que se dá a instalação dos moinhos tem o propósito de referenciar que se tratam de regiões que, embora situadas no meio rural, apresentam uma densidade populacional no entorno desses projetos em virtude da presença de outras famílias que compõem

o assentamento em que está localizado o moinho, além de outros assentamentos próximos. A reprodução das famílias assentadas conta com a geração de renda a partir de poucas atividades agrícolas (entre as quais a bovinocultura de leite é a mais expressiva) e de atividades não agrícolas. Além disso, o autoconsumo é realizado por meio de cultivos e criações para subsistência. É nesse contexto que os projetos de moinhos coloniais são concebidos como uma atividade alternativa para gerar renda para as unidades familiares beneficiadas, além da possibilidade de ampliar o consumo de produtos (farinhas) de qualidade a partir do processamento de produtos (milho, trigo, etc.) cultivados pelos próprios assentados.

É nesse contexto de existência de grupos já organizados, como as cooperativas das quais os moinhos fazem parte, além das associações responsáveis pela gestão dos projetos de assentamentos, que constituem o conjunto de forças do campo social ao qual os projetos estão vinculados. É imprescindível ter clareza da existência de tal vínculo dos moinhos com seu contexto (assentamentos), por exemplo, quando do planejamento das áreas e das famílias que irão produzir para abastecer os moinhos, uma vez que tais decisões ocorrem por meio do planejamento das atividades do próprio assentamento. Com uma leitura dos Planos de Recuperação e Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PRA e PDA) elaborados a partir de levantamentos de campo (que incluíram trabalhos de grupo com as famílias), é possível identificar dois elementos que ilustram essa relação dos moinhos com os assentamentos:

- Por um lado, os registros apontam para uma descrença das famílias quanto ao trabalho cooperado, o que repercutiria tanto nas cooperativas locais (dos próprios assentados) como nos moinhos, em razão da pouca participação e falta de interesse em participar de novos projetos;
- Por outro lado, destacam os moinhos coloniais como potencialidades tendo em vista uma nova forma de produzir de modo que contribua para a redução de práticas negativas, como as do arrendamento, e ainda para que as famílias possam produzir para o autossustento e para abastecer o mercado local e regional. Nesse sentido os encaminhamentos enfatizam a necessidade de estimular a participação e reconhecimento do moinho como ferramenta de renda e produção para consumo das famílias assentadas.

Para situar em relação à trajetória dos moinhos nos assentamentos, essas angústias e expectativas refletem o período de estruturação e fase inicial de organização dos grupos de trabalho dos moinhos.

## AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO AOS MERCADOS: INOVAÇÕES NECESSÁRIAS NOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL

A agroindustrialização em unidades agrícolas familiares constitui uma estratégia de reprodução social (MIOR, 2005; PLOEG, 2008). Essa atividade consta como uma das ações principais da atual Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) para o fortalecimento da agricultura familiar, cuja importância nas estratégias de desenvolvimento rural pode ser pontuada em função de fatores como:

Elevação da renda familiar no meio rural, diversificação e fomento das economias locais, adequação à estrutura agrária existente, valorização e preservação dos hábitos culturais, descentralização das fontes de renda, estímulo da proximidade social, ocupação e geração de emprego no meio rural, redução do êxodo rural, estímulo ao cooperativismo e associativismo, valorização das especificidades locais, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, e mudanças nas relações de gênero e poder (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2006, p. 6-12, *passim*).

Sperry (2003) sintetiza essa lógica afirmando que as contribuições da estratégia de agroindustrialização como alternativa de desenvolvimento para o meio rural vão além das vantagens econômicas. A agroindustrialização em assentamentos rurais dialoga com tais pressupostos na medida em que passa a representar uma alternativa para viabilizar o grupo familiar beneficiário da reforma agrária estimulando a produção diversificada, além da agregação de valor a partir da transformação dos produtos de origem animal

e/ou vegetal. Além disso, é uma estratégia que já vem ocorrendo em outros assentamentos rurais brasileiros. Ferrante, Duval e Gomes (2012), ao estudarem o papel das mulheres em diferentes situações de trabalho em assentamentos da microrregião de Araraquara – SP, entre os resultados apurados os autores ressaltam o potencial de atividades como as agroindústrias caseiras em alterar o papel que as mulheres exercem na geração e complementação da renda familiar. Além disso, a estratégia de agroindustrialização é destacada como uma inovação na forma de gestão do território, pois os assentados passam a produzir no lote agrícola ou adquirem dos vizinhos as matérias-primas que serão processadas, com as mulheres sendo as interlocutoras nestas relações. Enfim, os autores sugerem que a posição das mulheres assentadas transita da invisibilidade ao protagonismo e, no caso, essa dinâmica tem a atividade de agroindustrialização como elemento catalisador.

No bojo dos debates sobre as agroindústrias familiares encontram-se elementos relacionados à valorização dos conhecimentos construídos e passados por gerações; diz respeito a um “saber-fazer” específico e intimamente relacionado ao núcleo familiar (SPERRY, 2003; GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007). Sperry (2003) acrescenta, ainda, que a agroindustrialização pode representar para o agricultor a possibilidade de se especializar profissionalmente e elevar a autoestima. Por outro lado, há também a proposta de oferta de um produto diferenciado com capacidade de agregar valores que vão além daqueles tangíveis, mas também valores simbólicos, que passam a ser reconhecidos nos produtos artesanais, ditos “coloniais”, como produtos de qualidade (SILVEIRA; HEINZ, 2005; DORIGON, 2010). Os “produtos da reforma agrária” representam essa possibilidade de produtos diferenciados para nichos de mercado.

A orientação das políticas públicas, como do próprio MST, é que sejam priorizados os empreendimentos coletivos nos assentamentos da reforma agrária. Diante disso, Sperry (2003) observa que a agroindústria pode ter origem a partir do núcleo familiar (individual), assim como ser constituída por diferentes famílias, fruto da organização de um grupo, um empreendimento coletivo. A autora chama a atenção para o fato de a agroindústria coletiva consistir em um “grupo de interesse”, em que, embora tal iniciativa venha a surgir para resolver um problema, ou um conjunto de problemas em comum entre um grupo de pessoas, esses grupos são também fonte de conflitos em potencial em razão de divergências entre os seus componentes.

Além disso, de acordo com Sperry (2003), outros elementos passam a influenciar na efetividade desses empreendimentos, pois além de possíveis conflitos internos ao grupo, tais projetos coletivos também estão inseridos em um contexto organizado em escala maior (no caso, o assentamento), estando assim, sujeitos a conflitos em virtude de interesses de pessoas ou grupos externos ao projeto e que podem exercer influência sobre eles. Ao analisarem o serviço de Ates em assentamentos, Piccin et al. (2009) sugerem a existência de um conjunto de forças capazes de exercerem influência sobre a atuação dos técnicos que prestam serviços de Ates, constituindo o que denominam de “campo de poderes assimétricos”. Em nossa interpretação, por estarem inseridos nesses mesmos espaços (assentamentos), os projetos de moinhos também estão sujeitos a forças dessa natureza, o que corrobora com a reflexão que propõe Sperry (2003).

Por outro lado, da mesma forma que essa autora sugere tal problemática, ela também mostra caminhos para equalizar os interesses, que passam pela construção educativa e participativa da agroindústria, inclusive contando com pessoas que são externas ao projeto, mas que componham, no caso dos assentamentos, não só as famílias assentadas, como também o conjunto de agentes institucionais que atuam nos assentamentos (SPERRY, 2003).

Independentemente da estratégia adotada para gerar renda e/ou agregar valor, seja por meio da agroindustrialização ou da venda in natura, a disponibilização dos produtos ao mercado é uma etapa crucial para sua efetividade como alternativa de reprodução social. Numa discussão sobre tipos de mercados para a agricultura familiar Wilkinson (2008, p. 16) “identifica quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto [...]; intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público”. Em razão dessas formas de acesso, esse autor sugere uma tipologia de mercados, cada qual com seu perfil e desafios próprios. São eles: “commodities; especialidades; orgânicos; artesanais; solidários; e



institucionais” (WILKINSON, 2008, p. 17, adaptado pelo autor). Para o caso dos produtos dos moinhos, a escolha por um ou outro tipo de mercado traz consigo um conjunto de desafios específicos.

O caminho para o mercado passa pela forma como ele é interpretado. Uma delas sugere que os mercados são capazes de replicar conhecimentos (atenção para os valores simbólicos que os produtos carregam consigo), uma vez que se constituem como espaços de interação humana, sendo, nesse caso, resultante de um processo de “construção” social (GRANOVETTER, 2007; STORR, 2008).

Agne e Waquil (2010) ponderam que, sendo o mercado fruto de uma construção social, aspectos inerentes ao planejamento da produção são passíveis de contribuir para a definição dos mercados. Essa forma de interpretar os mercados é importante no caso dos moinhos em assentamentos, pois assim pode-se vislumbrar quais mercados estariam nas possibilidades desses projetos em função das ações observadas atualmente por questão de sua implementação. Um dos desafios aqui é a capacidade de imprimir valores simbólicos aos produtos oriundos das agroindústrias dos assentamentos, de modo que consumidores os percebam e valorizem como produtos diferenciados.

Esse processo de construção social desvincula de certa forma a noção de espaço, em que a proximidade de produtores e consumidores vai além do simples ato de comercialização: “a utilização da expressão ‘mercados de proximidade’ adquire uma conotação distinta e adequada para a compreensão da construção de relações complexas entre os agricultores e os demais agentes” (AGNE; WAQUIL, 2010, p. 7). Os mercados de proximidade são uma força em potencial no caso dos assentamentos, tendo em vista as relações existentes entre os próprios assentados, com suas organizações e com as populações locais.

As cadeias curtas são importantes instrumentos de construção social dos mercados. Analisando alternativas que merecem ser valorizadas por políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Brasil, Sabourin (2008, p. 178) revela exemplos desses mecanismos, como: “[...] venda direta no lote ou em feiras de proximidade, venda em redes de consumidores ou a cooperativas de consumo, venda para mercados institucionais (merenda escolar, hospitais, Programa de Aquisição de Alimentos, etc.)”. Para esse autor, tais mecanismos constituem-se em formas de proporcionar a autonomia das famílias rurais com consequente redução da prática do assistencialismo (uma de suas críticas em relação às políticas voltadas à reforma agrária):

Essas iniciativas procuram construir valores e competências de responsabilização e de autonomia dos atores em relação aos esquemas tradicionais de dependência, de paternalismo, de assistencialismo e de clientelismo mantidos pelas tutelas que persistem no meio rural brasileiro (TONNEAU; SABOURIN, 2007 apud SABOURIN, 2008, p. 178).

As cadeias curtas compõem um amplo debate internacional que procura relacionar movimentos atuais do desenvolvimento rural com a produção e consumo de alimentos. A literatura sobre o tema aponta para a emergência dessas perspectivas como uma forma de (re)aproximação entre produtor e consumidor, com base na construção de diferentes formas de relações orientadas por interesses como a questão da segurança alimentar, aspectos gastronômicos, valor nutritivo, além de outros (GOODMAN, 2004).

Em outra perspectiva o acesso aos mercados pode se dar seguindo uma lógica de “inserção”, sem incorporar os preceitos de construção. Nesse sentido assume-se a existência de uma dinâmica de perversidade e oportunidade no que diz respeito aos mercados agrícolas. O lado perverso diz respeito ao ambiente altamente mutável do mercado. Segundo o Neuchatel Group (2008), entretanto, mesmo esses mercados perversos, quando acessíveis aos agricultores, podem representar uma oportunidade de redução da pobreza rural.

Para Berdegú et al. (2008), os mercados dinâmicos, como também são chamados, para produtos agrícolas em países em desenvolvimento como o Brasil, estariam crescendo a uma taxa mais rápida que em países desenvolvidos devido a fatores como o crescimento demográfico, a urbanização e as mudanças em hábitos alimentares. Pequenos produtores, no entanto, têm tido dificuldades em se beneficiar dessas novas oportunidades, entre outros aspectos, “[...] porque enfrentam substanciais obstáculos no atendimento

às demandas em quantidade, qualidade e pontualidade” impostas por esses mercados (NEUCHATEL GROUP, 2008, p. 8, tradução nossa).

Tanto a lógica de “construção” como a de “inserção” demandam ações específicas para o estreitamento da relação entre os agricultores e os mercados. Depende disso, também, a viabilidade da estratégia de agroindustrialização como uma alternativa para as famílias em assentamentos rurais. Entram em cena os serviços de assessoramento agrícola, cujo objetivo seria ajudar os agricultores a superar as restrições dessa natureza. O Neuchatel Group (2008), entretanto, chama a atenção para o fato de que poucos serviços de assessoria têm alcançado êxito nessa proposta de fomentar estratégias orientadas para o acesso aos mercados, por não estarem eles mesmos preparados para atender demandas tão específicas.

Os serviços de Ates em assentamentos poderiam assumir essa tarefa no apoio à criação de ações em conjunto com os agricultores que participam dos projetos de agroindustrialização, de forma que seus produtos possam acessar esses mercados, mas para que isso ocorra tais serviços precisariam também estar preparados. Nesse caso a preparação envolveria não somente aspectos relacionados aos mercados como inerentes à própria agroindustrialização, uma vez que essa é uma demanda específica à atividade e que foge ao contexto geral das atividades agrícolas com que os agentes normalmente se deparam nos assentamentos. Nesse sentido, Swanson e Rajalahti (2010) enfatizam a importância de repensar esses sistemas de assessoramento de forma a dar conta das diferentes demandas, e para isso lançam mão da noção de “sistemas pluralistas”.

O Neuchatel Group (2008) defende essa estratégia como inovadora, principalmente pela necessidade de atuação dos serviços de assessoramento para orientação ao mercado, que considera parte essencial de um sistema de inovação. Alerta, ainda, que a efetividade da atuação desses sistemas de assessoramento passa pela utilização da pesquisa como um serviço de back-up. Também, que devem ser valorizadas as diferentes origens de inovações em potencial, referindo-se aos agricultores, a organizações como as cooperativas e as próprias instituições formais de pesquisa. Adverte, ainda, que essas inovações não se restrinjam aos aspectos técnicos, devem ser mais amplas e considerar, por exemplo, as inovações sociais.

Por essa perspectiva os serviços de assessoramento assumem papel fundamental na condução de um processo de facilitação e apoio ao desenvolvimento da inovação, não só de produto e processo, mas também social e institucional, para que os atores tenham a possibilidade de testar, experimentar, produzir tecnologias e inovações, enfim, de efetivar a agroindústria como estratégia de inserção em mercados.

Em complemento a essa abordagem, Niels Röling discorre sobre a inovação como “un resultado de la acción concertada o como la sinergia entre múltiples actores o asociados en algún escenario de innovación” (2007, p. 65). Esse autor emprega a noção de “Sistema de Conhecimento e Informação Agrícola” como uma forma de produzir inovação:

[...] de la interacción (usualmente temporal) de una constelación o configuración de actores que mutuamente se complementan con sus contribuciones. Los actores están conscientes de que forman un sistema, hablan de su sistema y lo mantienen en buena forma. Es posible favorecer la aparición de un tal Sistema de Conocimiento e Información Agrícola. En este sentido amplio, los Sistemas de Conocimiento e Información Agrícola tienen que ver al 100% con la innovación. En efecto, la innovación puede ser llamada la propiedad que surge de la interacción de múltiples asociados que se consideran ellos mismos como un Sistema de Conocimiento e Información Agrícola y quienes pueden jugar roles complementarios al comprender el potencial innovativo de una situación (p. 70).

Os grupos de atores a que esse autor faz referência dizem respeito tanto a pesquisadores, como extensionistas, os próprios agricultores, ou outros que tenham relação no processo de produção de inovação. No caso dos moinhos em assentamentos, vão desde os próprios agricultores, passando pelas equipes de Ates, as instituições de fomento como o Incra, além das instituições de pesquisa, como a Embrapa e as universidades (como a UFSM). Para uma atuação sinérgica entre esses atores, Röling (2007, p. 69, tradução nossa) propõe que se faça “[...] um novo contrato social para a agricultura” que “[...] tem a ver com redes de múltiplos associados, com aprendizagem e interação”.

Deve-se ressaltar que um aspecto importante dessa definição de inovação é sua amplitude, que procura abarcar outras características importantes e que vão além da simples inovação técnica. Exemplo disso é retratado em Chorlavi (2007), que ao analisar a inovação como um dos fatores determinantes para a vinculação a mercados dinâmicos, discorre sobre inovação de produtos, de processos e institucional.

Essa abordagem sobre a inovação complementa o enfoque de análise, pois estamos tratando de projetos sociais que contam com a atuação de diferentes atores e instituições de apoio. A atuação desses atores em sinergia poderia ser considerada, em si, uma inovação no contexto dos assentamentos, mas não se limita a esse aspecto. Tal inovação dos serviços de assessoramento precisa ter êxito em construir outras condições necessárias, inovadoras ou não, para que os produtos dos moinhos atendam o consumo das famílias assentadas, mas também que possam se efetivar como estratégia de acesso aos mercados, proporcionando aprendizado mútuo entre os participantes e promovendo a autonomia para os projetos.

A seguir, partindo da concepção da estratégia de agroindustrialização em assentamentos, apresentamos o contexto de implementação dos moinhos coloniais e as possibilidades de mercados idealizadas para essas experiências.

## A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DOS MOINHOS COLONIAIS NO RS

A agroindustrialização em assentamentos é uma estratégia explícita para o MST como uma forma de organização da produção no meio rural: “organizar agroindústrias próximas ao local de produção agrícola, na forma de cooperativas, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores na agroindústria” (MOVIMENTO..., 2009). Na fala dos agricultores pode-se perceber a assimilação desse discurso: “[...] através da necessidade, e é uma visão da nossa organização como movimento sem terra de nós criar as nossas agroindústrias pra melhorar a renda das famílias [...]” (P3, 2012).

Sulzbacher (2011) tece uma crítica quanto à forma com que o MST concebe a agroindústria, como um fim em si, sendo que sua contribuição mais importante seria quando vista como mais um instrumento para a reprodução familiar nas unidades produtivas. Esta crítica corrobora afirmações de autores como Ploeg (2008) e Wilkinson (2008), que ressaltam a importância da diversificação de atividades para o desenvolvimento rural.

Até a instalação das unidades de processamento ocorreu um processo de construção social que tem início internamente ao movimento social, por meio de sua estrutura organizacional (liderada pela Coceargs – Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do RS).

No âmbito das políticas públicas o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é o marco que institucionaliza as possibilidades de ações que visem a promover a melhoria de vida para a população do meio rural. Em sua proposta está explícita uma ampla mudança na estrutura agrária brasileira (dado que o acesso à terra é elemento central dessa mudança), e cujo “[...] padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de *comercialização, de agroindustrialização*, [...]” (INSTITUTO..., 2004, p. 8, grifo nosso).

Entre as ações postas em prática tendo em vista a operacionalização das propostas do 2º PNRA, o Programa Terra Sol, criado sob responsabilidade do Incra, a partir de 2004, constitui importante mecanismo para fomento à agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária. Entre os projetos apoiados com recursos deste Programa no Estado do Rio Grande do Sul, o aporte de recursos aplicados na linha de moinhos tem se destacado, chegando ao montante de R\$ 2.283.466,14 até 2011. Nesse mesmo ano foram verificados sete empreendimentos que tiveram (ou terão) acesso a esses recursos. A aplicação dos montantes varia de acordo com cada projeto, com a construção ou adequação das instalações fazendo-se necessárias, como também a aquisição de equipamentos específicos, sendo essas as principais linhas de investimentos (INSTITUTO..., 2007, 2011b).

Fica explícito que a concepção da agroindustrialização em assentamentos representa não somente uma expectativa dos próprios assentados, ou mesmo de suas instâncias de representação, como também é uma atividade institucionalizada pelo próprio poder público, inclusive com aporte de recursos para pôr em prática as experiências. É nesse contexto que os moinhos coloniais emergem como uma das estratégias de agroindustrialização.

### A INSTALAÇÃO DOS MOINHOS COLONIAIS NO PA JAGUARÃO (ACEGUÁ-RS), PA PITANGUEIRAS (CANGUÇU-RS) E PA SANTA RITA (CAPÃO DO CIPÓ-RS)

Embora as experiências analisadas tenham sido potencializadas com recursos do Programa Terra Sol, suas origens são anteriores. Em Aceguá e Canguçu o moinho já era um recurso existente no PA Jaguarão e PA Pitangueiras, respectivamente, já em meados de 2001, quando o maquinário (básico: moinho, classificador de semente, secador de leito fixo) foi adquirido com financiamento da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa).[3] À época, as máquinas foram deixadas nos PAs Jaguarão e Pitangueiras. No PA Jaguarão a comunidade local se organizou[4] para adquirir o material elétrico de modo que pudesse colocar o equipamento para funcionar. O objetivo era transformar o trigo produzido por assentados em farinha para consumo das próprias famílias, mas que gerava excedentes que eram destinados ao comércio local.

No caso do PA Santa Rita, inicialmente os equipamentos foram alocados no PA Primavera, em Bossoroca, mas estava sem uso. Com a possibilidade de levar o equipamento para a região de Capão do Cipó, um grupo de produtores do PA Santa Rita se articulou para, em meados de 2002, deslocá-lo para o PA Santa Rita. Na ocasião não chegou a disponibilizar produtos no mercado.

A forma como se dá a introdução dessas agroindústrias nos assentamentos é um claro indicativo dos desafios que se colocam para que possam ter destino de uso pelas famílias de assentados. A situação do moinho no PA Jaguarão é uma exceção em razão da existência de um grupo, especialmente de uma pessoa, com interesse e conhecimentos técnicos[5] que levam o moinho a iniciar suas atividades. Essa experiência é hoje referência para todo o contexto dos empreendimentos com moinhos em assentamentos. Percebe-se que tal fator foi determinante para o início das atividades de moagem nesse assentamento, inclusive para comercialização (o produto chegou a ser vendido no comércio local mesmo antes do Programa Terra Sol), assim como parece ter sido um dos limitantes para a não operação dos moinhos nos outros assentamentos estudados.

É nesse contexto que surge a possibilidade de alavancar essas experiências a partir do acesso aos recursos do Programa Terra Sol. Uma das exigências desse Programa era que os assentados participassem de algum tipo de organização formal. Em Capão do Cipó o moinho é um empreendimento de responsabilidade formal da Coopercipó (hoje Cooperativa Missioneira). Em Aceguá os assentados optaram por criar uma cooperativa exclusivamente para a gestão do moinho, a Cooperativa de Processamento de Grãos da Reforma Agrária (Coopegral), desvinculando-o da Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (Cooperal), na qual seria mais uma das atividades, e a comercialização de leite é a principal. Em Canguçu o moinho é mais um empreendimento (além da coleta leite e de um entreposto de mel) que compõe as atividades produtivas da Cooperativa Terra Nova.

O Programa Terra Sol realmente foi um marco para esses projetos de moinhos, pois foi a oportunidade de obtenção de recursos para aquisição de equipamentos e instalações adequadas, fatores esses que na fala de muitos dos produtores eram os principais entraves. A primeira fase do Programa Terra Sol junto aos moinhos coloniais fica caracterizada por ações que contribuem para a aquisição e adequação das estruturas de produção.

Nessa ocasião outro marco foi o convênio firmado entre a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra – SR 11) e o Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (Deaer – UFSM) em virtude de demandas que surgem no âmbito da execução do Programa



Terra Sol. O Somar constitui-se como um importante núcleo de assessoria (a equipe Somar) para orientação e qualificação de agricultores assentados e agentes de Ates envolvidos em projetos de agroindustrialização dos produtos de origem animal e vegetal nos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. Sua oficialização ocorre a partir do final de 2008.

As ações realizadas pela equipe do Somar ocorrem visando às seguintes metas: (1) acompanhar os convênios (firmados com as prefeituras) em execução; (2) realizar diagnóstico da situação das unidades de processamento já existentes; (3) assessorar as unidades já existentes e aquelas em fase de instalação; (4) elaboração de projetos para unidades futuras; (5) formação continuada dos assentados, equipes técnicas, lideranças locais e regionais.

Os trabalhos realizados por esse grupo em conjunto com as equipes de Ates (Emater e Coptec) foram fundamentais para o fortalecimento dos grupos que iriam a partir daí se envolver com os projetos dos moinhos. Os diagnósticos realizados apontavam para os entraves que iam desde problemas técnicos para o processamento da farinha, a falta de regularização (sanitária e ambiental, principalmente) dos projetos, passando pela motivação e organização das atividades de produção, processamento e gestão dos empreendimentos, até a capacitação efetiva dos envolvidos (curso de Boas Práticas de Fabricação, capacitação em gestão, formação em agroprocessos e moinhos coloniais). Passavam por essa equipe também as ações de articulação com outras instituições apoiadoras dos projetos, além do planejamento e monitoramento da execução de obras e aquisição de equipamentos.

É importante ressaltar que toda uma problemática foi gerada a partir da possibilidade de se produzir farinha nos assentamentos. Entre as quais o “saber-fazer” farinha precisou ser desenvolvido junto aos produtores envolvidos com os moinhos. Nesse sentido a agroindustrialização com base em moinhos coloniais nos assentamentos apresenta distinção do debate acadêmico sobre agroindústrias familiares, pois não se trata de estratégia para valorização de um “saber-fazer” específico e intimamente relacionado ao núcleo familiar (SPERRY, 2003; GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Somam-se a isso trabalhos pontuais realizados por técnicos do próprio Incra que têm participado das decisões estratégicas em reuniões de planejamento e também por visitas diretas aos próprios projetos. A partir de 2012, quando findou o convênio com a UFSM, a atuação do Incra passou a ser mais efetiva junto a esses empreendimentos, realizando ações pontuais (capacitação em viabilidade econômica) por meio de convênio já existente denominado Confie.[6] A partir desse convênio também ocorreram outras atividades pontuais, como o fornecimento de mudas de eucalipto para o moinho de Canguçu, para serem cultivadas com o objetivo de produzir lenha para aquele projeto.

Tais ações resultaram na criação e estruturação do Grupo Gestor do Moinho.[7] Em cada uma das experiências os processos de regularização ambiental e sanitários avançaram (no moinho de Canguçu, segundo os entrevistados, estariam apenas no aguardo da liberação para venda, posto que as adequações exigidas pela legislação teriam sido cumpridas). Também parece ter havido um discernimento quanto à forma de atuação do moinho e quais seriam as ações necessárias para isso.

Quanto ao fornecimento de matéria-prima, as famílias foram mobilizadas para o cultivo de grãos destinados à transformação em farinha (a área varia de 1 a 2 ha por família) para comercialização. A intenção seria produzir farinha a partir de grãos sem uso de agroquímicos – a comercialização de produtos orgânicos é uma expectativa nos projetos, embora os agricultores reconheçam as dificuldades para isso. Entre os produtos previstos para produção são citados: farinha de milho, farinha de trigo e canjica de milho, entre outras possibilidades (como farinha de aveia branca).

Foi instituído também o Grupo Gestor da Farinha que congrega representantes de todos os moinhos de assentamentos do Estado, com o objetivo inicial de trocar experiências.

No caso de Capão do Cipó as atividades do moinho teriam início a partir da safra seguinte[8] (2012-2013) de milho. Para isso o grupo gestor organizou a produção de milho crioulo, e 14 famílias optaram por produzir de 1 a 2 hectares (área varia por família), cuja produção abasteceria o moinho para o processamento de farinha



que seria comercializada. Em Canguçu, onde o processo se mostrou mais adiantado, 30 famílias estariam organizadas para produzir para o moinho.

Na articulação com outras instituições de apoio, os moinhos passam a contar com contribuições em demandas pontuais, como é o caso da Bionatur[9] como fornecedora de sementes de milho crioulo, além de parceria com assentados para a multiplicação de sementes de espécies para adubação verde e cobertura do solo (nabo forrageiro, ervilhaca, etc.). Segundo um dos técnicos de Ates, essa parceria é um caminho para viabilizar, futuramente, a produção do milho e do trigo em sistemas agroecológicos.

Quanto aos objetivos de atender ao autoconsumo das famílias nos assentamentos, a proposta seria receber os grãos de todas as famílias que tiverem interesse em consumir a farinha processada a partir de sua própria produção. Especificamente no projeto de Canguçu, o viés de orientação ao mercado é marcante na fala dos envolvidos com o moinho.

Como a possibilidade de acesso aos mercados com a produção excedente dos moinhos é, de modo geral, uma expectativa, passamos agora a mapear as perspectivas de mercados para os produtos dos assentamentos em análise.

## DEMANDAS DECORRENTES DOS PROJETOS DE MOINHOS COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO AOS MERCADOS: INOVAÇÕES NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES E DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL

A análise da trajetória de implementação dos projetos de moinhos coloniais sugere a existência de dois movimentos bem claros: inicialmente uma fase de estruturação (física) das unidades, seguida de uma segunda fase de organização em paralelo com a complementação da estrutura.

A ordem lógica de como ocorreu esse processo, em que a “estrutura” vem antes da mobilização e organização do contexto, sem um trabalho de construção da ideia em conjunto com as organizações de assentados, amplia, de certa forma, as desconfiças por parte das famílias em relação a projetos coletivos como esse, e explica em parte o desinteresse inicial em participar do projeto. Embora não se tenha observado com a mesma intensidade em todas as experiências analisadas, a fala a seguir dá uma noção dessa desconfiça em relação aos moinhos:

[...] mas que existe também a resistência externa de assentados dizendo que nós não devemos tocá o moinho, mas nós ainda tamos nos sentindo na obrigação, agora não sei até onde vai o nosso limite, vai que não podemos ultrapassá nosso limite e temo que entregá seja pra prefeitura, ou pro Incra e dizê ó, não tamos tendo condição... mas também porque não deram condição pra nós [...] (P3, 2012)

Com a segunda fase inicia-se um processo de sensibilização e mobilização nos assentamentos, que passa a gerar expectativas naquelas famílias interessadas em participar dos projetos, além de um processo de construção junto as organizações já constituídas pelos assentados.

Desse contexto surgem desafios impostos por aspectos que vão além das demandas estruturais, como a própria falta de domínio em manusear os equipamentos, ou mesmo a configuração organizacional dos grupos, que não dava conta das demandas para o andamento dos projetos. Configurou-se um ambiente propício para conflitos entre grupos que defendiam os moinhos e outros que não acreditavam ou que queriam para si esses projetos, corroborando o que Piccin et al. (2009) apontam como “campo de poderes assimétricos”. Estes autores sugerem que conflitos desta natureza configuram um espaço de forças nos assentamentos da reforma agrária, capazes de exercerem influência sobre a trajetória de projetos, como no caso dos moinhos.

Na tentativa de equalizar essas forças e avançar com os projetos, é firmado o convênio Incra/UFSM, com o objetivo de dar conta do processo de organização das famílias, além de desenvolver conhecimentos específicos à agroindustrialização de farinhas junto aos agricultores e aos técnicos de Ates, ou seja, atender a um conjunto

de demandas específicas que destoam dos padrões realizados pelos serviços de Ates. Este convênio passa a representar uma inovação nos serviços de assistência para esse público.

Esse novo sistema toma corpo, ainda, pois passa a contar também com outras instituições, como as próprias equipes de Ates, Embrapa, o próprio Incra, as cooperativas dos assentados, as associações dos assentamentos, etc., cujas contribuições pontuais, de acordo com a área de atuação individual, procuram ser articuladas em função dos projetos de moinhos, representando certa sinergia, como propõe Röling (2007).

O processo de condução por parte dessa equipe procurou desvincular o foco da estrutura para o da valorização das pessoas, tratando-se de uma forma diferente de fazer algo que já existia (FRIIS-HANSEN; EGELYNG, 2007). Nesse sentido os trabalhos de formação fazem parte de uma nova estratégia de construção coletiva de conhecimentos, valorizando os saberes individuais e o contexto no qual está inserido cada empreendimento.

As atividades protagonizadas por essa equipe corroboram com o que Sperry (2003) sugere em relação a ações importantes para o bom andamento de um projeto de agroindústria coletiva, cuja atuação primou por ações participativas[10] nas diferentes etapas. Além disso, procuraram conduzir os projetos como uma experiência educativa, envolvendo inclusive membros externos ao grupo gestor que serviriam como elos com a associação do assentamento e da cooperativa, grupos aos quais os moinhos estão ligados, promovendo com isso uma possível equalização das forças assimétricas (PICCIN et al., 2009) influentes sobre a experiência dos moinhos, e procurando construir convergência entre os grupos de interesse existentes (SPERRY, 2003). Isso não quer dizer que forças contrárias às experiências dos moinhos tenham sido anuladas, pelo contrário, pelo que foi possível observar esse é um elemento de constante desafio, tanto para os agricultores envolvidos quanto para as equipes de Ates.

Dadas as características dessa nova configuração que ocorre em virtude da possibilidade de atender demandas, pode-se dizer que é uma inovação institucional, haja vista que os grupos passam a representar e agir de acordo com novas instituições construídas por eles mesmos, assim como sugerido pelo Grupo Chorlavi (2007). Mais ainda, essa configuração ocorreu em função de um processo de construção com relativa sinergia entre diferentes atores e agentes (de forma direta ou indireta) que vão desde os próprios agricultores, a atuação do grupo Somar, as equipes de Ates, os técnicos do Incra, do Confie, etc., envolvendo aprendizado e interação entre os participantes, aproximando-se dos pressupostos de inovação sugeridos por Röling (2007).

Esse processo de aprendizado, forma pela qual se tentou conduzi-lo, vem corroborar o que preconiza também o Neuchatel Group (2008) quanto à função de proporcionar aos agricultores condições que possam superar restrições de conhecimento, nesse caso na organização para a agroindustrialização com base em produção de farinhas. Os agricultores que participaram desse processo tiveram acesso a capacitações sobre as técnicas de processamento necessárias, assim como a própria gestão dos empreendimentos coletivos. Mais ainda, tiveram acesso a informações que contribuíram para “expectativas” promissoras em relação aos produtos e aos mercados em potencial.

O processo de organização do moinho também contribuiu ao envolver práticas que estimularam a proximidade social e a ação cooperativa, como sugerem Wesz Junior, Trentin e Filippi (2006), além de fomentar expectativas de autoestima (SPERRY, 2003), como é possível depreender na fala de um dos entrevistados: “[...] só de tu entrá no mercado e sabê que aquele produto pode sê tu que produziu, só isso já vale [...]” (P3, 2012).

Todo esse processo de construção de conhecimento, da organização social e da estrutura da agroindústria suscita uma ressalva relacionada ao “saber-fazer” farinha como que, de certa forma, deslocado do debate acadêmico que se faz em torno das “agroindústrias familiares” tendo como pano de fundo as políticas públicas voltadas para o tema (SILVEIRA et al., 2006; SULSZBACHER; SILVEIRA, 2012). No caso dos moinhos, diferentemente do que ocorre no debate citado, os conhecimentos são construídos a partir da estruturação dos projetos, ou seja, não se trata de conhecimentos adquiridos nos núcleos familiares passados entre as

gerações. Neste contexto os serviços de extensão passam de agentes a coautores em toda a trajetória dessas experiências, influenciando na concepção, implementação e, por fim, nos resultados obtidos.

Fica claro que a agroindustrialização com base em moinhos é uma atividade inovadora em relação ao contexto em que os projetos estão inseridos. Essa inovação, entretanto, ocorre inicialmente descontextualizada, ao contrário do que sugere Röling (2007), pois a transformação de milho, trigo, etc., em farinhas e correlatos, constitui todo um conjunto de conhecimentos que passam a fazer parte da rotina das famílias envolvidas somente a partir do início desses projetos (inicialmente caracterizados pelos investimentos em instalações e equipamentos).

Essa atividade inovadora passa a demandar uma configuração também inovadora do sistema de assessoramento. Por se tratar de conhecimentos específicos na área de agroindustrialização, os serviços de Ates não têm preparo suficiente para dar conta dessa demanda pontual. Diante desse limitante, os convênios firmados com o poder público possibilitaram a ação do Somar e também de profissionais relacionados ao Confie, além de parcerias com outras Organizações Não Governamentais, por exemplo, a Bionatur, com sua atuação na área de sementes agroecológicas. Essa configuração de apoio institucional que assume a condução do projeto de moinhos, em que cada instituição contribui pontualmente conforme seu know-how, vem ao encontro da importância dos “sistemas pluralistas” propostos por Swanson e Rajalahti (2010) como facilitadores da orientação a mercados.

Quanto ao Grupo Gestor da Farinha que foi instituído quando do processo de organização dos projetos, ele constitui, por si só, uma institucionalidade inovadora. Sua proposta é de que atue no fomento a uma articulação em rede dos moinhos coloniais de assentamentos do Estado. Por esse grupo passariam ações de fortalecimento dos projetos, de capacitação, de troca de experiências, enfim, uma instância que facilitaria a aproximação entre as pessoas e a viabilização dos projetos, inclusive no que diz respeito ao relacionamento com os mercados.

Sendo composto por representantes de produtores envolvidos com as iniciativas de moinhos nos assentamentos, das equipes de técnicos do Incra, Somar, Confie e Ates, além de outros agentes de apoio aos projetos, suas ações iniciais têm resultados pontuais, a exemplo da elaboração de uma proposta de marca unificada para a rede de moinhos, em que as embalagens dos produtos incorporariam informações aos consumidores, como: 100% natural; não contém glúten; produzido com milho crioulo; sem a utilização de agrotóxicos; preserva o meio ambiente; produto da reforma agrária – alimentos para a vida.

Estas ações podem ser interpretadas como uma intenção de posicionar os produtos dos moinhos como diferenciados, no sentido do que Goodman (2004) propõe com a noção de “retorno à qualidade”, e quem sabe futuramente poderia ser esse organismo um articulador de uma atuação em rede envolvendo pressupostos territoriais (GOODMAN, 2004; SONNINO; MARSDEN, 2006).

O Grupo Gestor da Farinha é referido como o responsável por articular as capacidades específicas de cada projeto em razão das demandas a serem atendidas. Se, por um lado, sua atuação poderia contribuir para amenizar limites pontuais dos projetos relacionados, por exemplo, por conta de quebras de produção decorrentes de condições climáticas adversas nas regiões de cultivo das matérias-primas, por outro lado a ação desse grupo poderia ir além disso, procurando atuar como instância de fomento de inovações (farinhas integrais com características nutracêuticas, por exemplo), proporcionando ações sinérgicas entre os projetos que viabilizem o posicionamento dos produtos nos mercados, no sentido proposto por Röling (2007).

Apesar de tudo, o que se constata é um distanciamento entre a prática e o que foi idealizado para esse grupo, que caiu em descrédito junto aos envolvidos com os projetos: “[...] só se reuniu e até agora não decidiu nada” (T3, 2012).

Coincide com essa perda de ação do grupo o vencimento do convênio Incra/Somar, que era fundamental para a continuidade do processo: “Aí, se venceu os convênio e travou tudo [...]” (P1, 2012); “Sentimos um baque com a saída do Somar [...]” (P5, 2012). Na continuidade, ações do convênio Confie realizaram ações

pontuais, mas que efetivamente pouco contribuíram para o avanço dos projetos diante das lacunas geradas com a saída do Somar.

Vale lembrar que esse último convênio ainda estava vigente no final de 2012, e representava ligação direta para uma entidade de pesquisa (Embrapa). O Neuchatel Group (2008) ressalta a importância da pesquisa como um back-up para os serviços de assessoramento (Ates) e nesse caso para os produtores também, tendo em vista o fomento de inovações. Ligação essa que, embora tenha proporcionado cursos pontuais, é percebida pelos produtores como pouco atuante para os projetos.

Ao final de todo esse processo verifica-se que o sentimento de expectativa dos produtores em relação aos serviços de Ates ainda estava presente no que se refere aos trabalhos com a problemática que envolve os moinhos, em maior ou menor grau, dependendo do projeto. Há uma cobrança por conta dos assentados, uma vez que esses serviços teriam por finalidade contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos, entretanto há certa compreensão de que existem limites do próprio programa de Ates, e que estes limites teriam interferência na atuação dos técnicos.

Por outro lado, do ponto de vista dos técnicos de Ates existe o empenho de que esses projetos se efetivem como alternativas para as famílias envolvidas, entretanto, embora o processo de organização em torno dos projetos de moinhos tenha contribuído para a atuação dos técnicos extensionistas, estes continuam carecendo de um constante back-up para que possam responder às constantes expectativas geradas pelos empreendimentos, sobretudo aquelas voltadas à inserção de produtos em mercados. Isso sem falar no fato de que esses técnicos têm de atuar com diversas outras frentes, pois os assentamentos não se restringem ao campo de demandas que envolvem os moinhos. Esta problemática verificada corrobora com limitações nos serviços de assessoramento já apontadas em outros contextos (NEUCHATEL GROUP, 2008) e constitui argumento para a busca por alternativas a tais limitações, entre as quais a proposição de Röling (2007) de que a atuação dos serviços de assessoramento ocorra como parte do que o autor denomina de os “sistemas de conhecimento e informação agrícola”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de agroindustrialização é uma inovação, dado o contexto em que os projetos estão inseridos. O “saber-fazer” farinha é uma construção que ocorre a partir dos projetos de moinhos. Essa inovação passa a representar uma possibilidade para produção de alimentos e acesso a mercados, mas que inicialmente precisa ser adaptada ao contexto dos assentamentos, uma vez que sua introdução se dá com ênfase nas estruturas e com pouca participação das pessoas.

Por se tratar de uma inovação no contexto dos assentamentos rurais, a opção pelos moinhos como estratégia de acesso aos mercados demanda e proporciona um conjunto de especificidades, conforme apontadas por outros autores (SPERRY, 2003; DUVAL; BERGAMASCO, 2011; WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2006), entre as quais destacamos: a especialização profissional (capacitações proporcionadas às pessoas) e a ativação de processos sociais (grupos de relacionamento, fomento do interesse pelo projeto, etc.).

Para dar conta da sensibilização e mobilização das pessoas em torno dos projetos de moinhos, e para atender a demandas específicas à atividade de agroindustrialização, a extensão rural precisa inovar, uma vez que os serviços de Ates não eram suficientes em relação a esse conhecimento pontual. Nesse sentido é que assumem protagonismo os convênios entre diferentes instituições como forma de viabilizar esse conjunto de demandas específicas, em que no caso dos moinhos cabe destacar a atuação da equipe Somar. Embora a contribuição pontual dessa equipe na tentativa de conduzir um processo de fortalecimento dos grupos, procurando desvincular o foco da estrutura para o de valorização das famílias enquanto fonte de conhecimento como forma de potencializar o empreendimento, concordamos com Sulzbacher (2011, p. 45) quando esta alerta que “[...] os projetos acabam sendo elaborados como uma colcha de retalhos, de forma a permitir o acesso a



diferentes recursos ou para ‘encaixar-se’ em situações onde há pouco recurso disponível [...]”, referindo-se à falta de uma visão ampliada quando da elaboração dos projetos.

Essa falta de visão ampliada em que a estratégia é tida como um projeto (com início, meio e fim), cujas demandas específicas que venham a surgir dependam de convênios firmados, parece-nos desconectada da realidade tendo em vista a solução da pobreza rural, e contribui para colocar como limitantes os próprios serviços de extensão rural. No lugar de autonomia, tais projetos contribuem para o contínuo assistencialismo por parte das políticas públicas, corroborando nesse caso com a crítica de Sabourin (2008).

O caso dos moinhos evidencia as dificuldades enfrentadas pelos serviços de assessoramento em encontrar alternativas e torná-las viáveis como estratégias de acesso a mercados. Tal quadro problemático corrobora o que autores como Diesel, Neumann e Sá (2012) já apontam como alguns dos desafios para que os serviços de Ates assumam uma configuração verdadeiramente como “sistemas pluralistas” (SWANSON; RAJALAHTI, 2010).

## REFERÊNCIAS

- AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Agroindústrias rurais familiares: a interação social produtor/consumidor nos mercados de proximidade na região do Corede Jacuí Centro – RS. In: CONGRESSO DA SOBER, 48., 2010, Campo Grande. *Anais eletrônicos...* Campo Grande: Sober, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/891.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- ASSOCIAÇÃO CONQUISTA DO JAGUARÃO. *Projeto para reestruturação e aquisição de equipamentos do moinho do PA Conquista do Jaguarão*. Aceguá, 2008. 10 p.
- BERDEGUÉ, J. A. et al. *Agricultura para el desarrollo: hacia una agenda regional para América Latina*. Santiago: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2008. 24 p. (Debates y temas rurales, nº 12).
- CHORLAVI. *Vinculación a mercados dinámicos de territorios rurales pobres y marginados*. Fondo Mink’a de Chorlavi. 2007. 10 p. Disponível em: <[www.rimisp.org](http://www.rimisp.org)>. Acesso em: 16 mar. 2011.
- CONVÊNIO INCRA-FAPEG-EMBRAPA. Confie. *Sobre o convênio Confie*, 2010. Documentos do convênio. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- DIESEL, V. Cooperação internacional, reformas institucionais e a configuração da Ater no Brasil. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Org.). *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 35-56.
- DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Org.). *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- DORIGON, C. O mercado informal dos produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 5., 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Estudos do Consumo, 2010. Disponível em: <[http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-\\_Clovis\\_Dorigon.pdf](http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-_Clovis_Dorigon.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agroindústrias familiares em assentamentos rurais: análise de duas experiências da região de Araraquara/SP*. Projeto Consolidação do Desenvolvimento Rural – Nead/IICA, 2011. Disponível em: <<http://www.iica.int>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. S. Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo: trabalho, cooperação e expressões de protagonismos. *Retratos de Assentamentos*, v. 15, p. 209-263, 2012.
- FRIIS-HANSEN, E.; EGELYNG, H. Supporting local innovation for rural development: analysis and review of five innovation support funds. *Diis Report*, 4, p. 1-88, 2007.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, vol. 44, n. 1, p. 3-16, jan. 2004.



- GRANOVETTER, M. S. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE – eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.
- GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Fortaleza: SBSP, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades. *Contagem da população*. IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 4 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. IBGE Cidades. *Censo Demográfico 2010*. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 4 out. 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (BRASIL). Incra. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Norma de Execução nº 58*. Estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de projetos da ação de fomento a agroindustrialização à comercialização e a atividades pluriativas solidárias – terra sol. 2007, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação*. Sistema Sipra. Incra, 2011a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Municípios beneficiados com investimentos Programa de Agroindustrialização Terra Sol*. SR-11 Divisão de Desenvolvimento. Incra, 2011b.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99p. (Temas básicos de educação e ensino).
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Nossa proposta de reforma agrária popular*. Linhas Políticas. MST, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- NEUCHATEL GROUP. *Common Framework on market-oriented agricultural advisory services*. Forthcoming publication of the Neuchatel Group being printed by the Swiss Centre for Agricultural Extension and Rural Development (Agridea). Lindau, Switzerland: Neuchatel Group, 2008. 31 p.
- PICCIN, M. B. et al. Serviços de Ates e poderes assimétricos em assentamento rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 26, n. 1/3, p. 59-92, jan./dez. 2009.
- PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372 p.
- RÖLING, N. La comunicación para el desarrollo en la investigación, la extensión y la educación. In: FAO – ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *Comunicación y desarrollo sostenible: selección de artículos de la 9ª mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo*. Roma: Departamento de Ordenación de Recursos Naturales y Medio Ambiente; Dirección de Investigación y Extensión, 2007. p. 65-90.
- SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *Estudos Sociológicos e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.
- SILVEIRA, P. R. C. et al. O turismo e a recreação das agroindústrias rurais tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO – CITURDES, 5., 2006, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 2006.
- SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: SEMINÁRIO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2005, São Luiz Gonzaga. *Anais...* São Luis Gonzaga: Uergs, 2005.
- SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, 6, p. 181-199, 2006.

- SPERRY, S. *Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003. 150 p.
- STORR, V. H. The market as a social space: on the meaningful extraeconomic conversations that can occur in markets. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Viena, v. 21, n. 2-3, p. 135-150, set. 2008. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/g07271784402750u/fulltext.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- SULZBACHER, A. W. *Da terra ao sol: agroindustrialização em assentamentos rurais gaúchos*. 2011. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. C. da. Atores da Ates: a atuação do projeto Somar na viabilização de agroindústrias em assentamentos rurais no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Org.). *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 164-178.
- SWANSON, B. E.; RAJALAHTI, R. *Strengthening Agricultural Extension and Advisory Systems: Procedures for Assessing, Transforming, and Evaluating Extension Systems*. Agriculture and Rural Development/Discussion Paper 45. Washington: World Bank, 2010. 206 p.
- WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. In: CONGRESSO DA SOBER, 44., 2006, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza: Sober, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- WILKINSON, J. *Mercados redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: PGDR, 2008. 213 p.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Ana Torell. 4. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010. 248p.

## NOTAS

[1] O Grupo Neuchatel (Neuchatel Group) é formado por organizações de cooperação internacional (a exemplo da Agência de Cooperação Técnica Alemã GTZ, do Banco Mundial, ou da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – com sigla em inglês FAO, dentre outras). Com origem em 1995 a partir de reunião ocorrida em Neuchatel (Suíça), estas organizações, cuja característica em comum era o financiamento de projetos para o desenvolvimento agrícola da África Subsaariana, promoveram um conjunto de iniciativas que resultaram em documentos que têm servido como referências para a evolução dos debates sobre a extensão agrícola no mundo (DIESEL, 2012).

[2] Os trechos de transcrições citados ao longo do texto estão referenciados apenas por código (T1, T2,... Tn ou P1, P2,... Pn) e ano, de modo a preservar a identidade dos entrevistados, os quais não fazem objeção quanto à publicação dos resultados da pesquisa.

[3] Essa data e fonte de financiamento referem-se especificamente ao moinho do PA Jaguarão (ASSOCIAÇÃO..., 2008). Embora não saibam precisar a origem, os entrevistados dos outros assentamentos fazem referência à “[...] época do governo Olívio [...]” ou “[...] por volta de 2002 [...]”. As datas aproximadas e as características dos equipamentos (parecidas) levam a crer que nos PAs Santa Rita e Pitangueiras as origens dos equipamentos são as mesmas do PA Jaguarão.

[4] Embora a Ates nesse PA esteja sob responsabilidade da Coptec, os entrevistados apontam ações efetivas de técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap) que contribuíram para fomentar as primeiras discussões sobre o moinho.

[5] Referimo-nos às habilidades adquiridas com atividades de mecânica que esse agricultor possuía em função de outras atividades profissionais que exerceu anteriormente.

[6] Convênio firmado entre o Incra, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal – Fapeg, e a Embrapa, no âmbito do Projeto “Desenvolvimento Sustentável da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul”, com objetivo de contribuir para a qualificação das práticas produtivas dos assentados, dos serviços de Ates e para a socialização de tecnologias apropriadas junto aos assentamentos. Teve vigência de dezembro de 2008 a dezembro de 2012 (CONVÊNIO..., 2010).

[7] Trata-se do grupo de produtores responsável pelas ações de planejamento e gestão de forma direta junto ao moinho. Esse grupo é constituído por representantes do Grupo de Produção (famílias que cultivam a matéria-prima para o moinho), das famílias dos assentamentos, da cooperativa, da equipe técnica de Ates, do grupo de jovens do assentamento.

[8] Ressalta-se que esse processo já havia sido discutido e planejado para a safra 2011-2012, mas por motivos de falta de produção devido à estiagem severa na região, não se efetivou.

[9] Trata-se de uma marca da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. (Conaterra), com sede em Candiota. Em sistema cooperativo e empregando princípios agroecológicos essa empresa produz, beneficia e comercializa sementes de diferentes espécies vegetais. Sua articulação com os assentamentos ocorre em função da possibilidade de constituir parcerias com assentados para a produção e comercialização de sementes agroecológicas.

[10] A condução ocorria com a utilização de metodologias participativas (a exemplo da visualização móvel), além de outros instrumentos que permitissem levantar um diagnóstico da realidade (como exemplo o Fofa – Fraquezas e Oportunidades x Fortalezas e Ameaças).